Stuart Hall – Notas dissonantes

Stuart Hall – Dissonances

Liv Sovik

lsovik@gmail.com

Professora associada da ECO-UFRJ.

Resumo

Este trabalho empreende duas tarefas: responder a duas críticas ao trabalho de Stuart Hall, uma que o vê como exemplar de intelectual desarraigado das circunstâncias em que se possa “fazer uma diferença”, para usar as palavras dele, e outra que o lê como teórico ultrapassado e pouco sensível ao momento atual da cultura e da política. A segunda parte do trabalho se distancia dessas críticas e procura na obra de Hall os motivos da dificuldade de sua leitura e de sua boa recepção no Brasil. O texto é tentativo e provisório, ainda, e procura abrir uma discussão em que se possam avaliar ao mesmo tempo a rejeição e a integração do autor ao cenário.

Palavras-chave: Stuart Hall, teoria da comunicação, Estudos Culturais.

Abstract

This article takes on two tasks: to respond to two critiques of Stuart Hall’s work, one that sees him as an intellectual uprooted from the circumstances in which he could “make a difference”, to use his own words, and another that reads him as old-fashioned and insensitive to the current moment of culture and politics. The second part of the article takes a distance from these critiques and seeks to identify, in Hall’s work, the reasons why he has been difficult to understand and for receptivity to his work in Brazil. The text is tentative and provisional and aims to open a discussion in which it is possible to evaluate at the same time his rejection and integration into the Brazilian intellectual scene.

Keywords: Stuart Hall, communication theory, Cultural Studies.

1. Preâmbulos e pretextos

O fluxo de mensagens em listas de discussão, *posts* em blogs e no Facebook, depoimentos e matérias de imprensa sobre Stuart Hall, na semana de sua morte aos 82 anos, impressionou pelo seu volume. No dia em que ele morreu, 10 de fevereiro de 2014, a nota de óbito elaborada por dois de seus ex-alunos, hoje professores de Comunicação e Letras, David Morley e Bill Schwarz, foi a matéria mais acessada no site do jornal *The Guardian*. O tom de tristeza e admiração trouxe à memória coletiva não só a obra, mas o homem que a produziu. As mensagens continuaram aparecendo na lista da Interna-

tional Association of Mass Communication Researchers (IAMCR) durante dias, sendo muitas delas depoimentos sobre como Hall marcou quem as escrevia. É preciso colocar as cartas na mesa: este texto é movido pelo mesmo ímpeto que gerou a torrente de homenagens, é a expressão da vontade de marcar a passagem de Hall. Ao mesmo tempo, o ambiente científico tradicionalmente coloca sob suspeita a motivação afetiva, pois costuma separar afeto de raciocínio. Assim, pensando a partir do universo tradicional acadêmico, o texto também é fruto de um desejo antigo de responder a críticas dirigidas ao pensamento de Hall, principalmente as de Vera Follain de Figueiredo e Ciro Marcondes Filho.

2. Em defesa de Stuart Hall

Vera Follain de Figueiredo (2004), citando Cornelius Castoriadis, contextualiza a figura do intelectual na perda de valência do discurso universalista depois do nazismo e do stalinismo, por causa do envolvimento de intelectuais com esses projetos autoritários e com a dominação colonial. Diante da dificuldade de defender o universalismo, afirma Figueiredo, destacam-se os intelectuais descritos por Michel Foucault e Gilles Deleuze na famosa conversa “Os intelectuais e o poder”, que não se representam como “agentes da consciência” (Foucault *apud* Figueiredo, 2004, p. 136). Este modelo corre o risco, segundo Figueiredo, não “do dogmatismo das visões totalizantes, mas o do descompromisso das classes cultas com o conjunto da sociedade: é o de uma ação sempre autorreferenciada que poderia resultar numa espécie de egoísmo de grupo, isto é, num certo distanciamento ‘diante da dor dos outros’” (Figueiredo, 2004, p. 136). No relato de Figueiredo, o “conjunto da sociedade” é um valor central que entra em tensão com certo narcisismo e com a “cobrança de filiações” que podem “fixar rigidamente identidades” e estreitar horizontes (*ibid.*, p. 136). A autora liga Foucault e Deleuze, assim, a um processo de potencial despolitização do intelectual que corresponde à fragmentação em nichos de interesse e às dinâmicas identitárias particularistas na sociedade.

O representante desse processo seria o intelectual diaspórico que vai viver nos “grandes centros hegemônicos” (Figueiredo, 2004, p. 136). Ele trava a “luta contra o universalismo etnocêntrico” (*ibid.*, p. 137), mas o custo de sua proximidade dos centros de poder é sua distância da “ação política local e, portanto, [...] de um tipo de militância que o colocaria à prova” (*ibid.*, p. 137). Para a autora, o conjunto da sociedade é nacional e – daí o título do texto, “Exílios e diásporas” – a perspectiva do exilado político tem mais valor do que a do diaspórico desnacionalizado. É possível ter certa simpatia por essa crítica, na medida em que se opõe à romantização do desarraigamento. Homi Bhabha, ao discutir o papel das vozes dissonantes nas culturas nacionais antes consideradas unas, afirmou: “the truest eye may now belong to the migrant’s double vision” (Bhabha, 1994, p. 5), mas a vantagem epistemológica da perspectiva diaspórica é de difícil comprovação.

Mesmo assim, é surpreendente que, para Figueiredo, Stuart Hall seja o exemplo do intelectual afastado do conjunto da sociedade. Hall não reivindica para si vantagens epistemológicas a partir de seu estatuto de identidade nacional *in-between*, de não se sentir completamente em casa, seja na Jamaica ou na Inglaterra. Mais despretenso, afirma que as pessoas terem histórias de origem complexas é um fenômeno cada vez mais comum (Hall, 1993). Mas não é só isso que torna frágil sua exemplaridade como intelectual diaspórico desnacionalizado e, por-

tanto, despolitizado; é também que Hall se interessa pela política nacional britânica, por ser o país onde morou toda a sua vida adulta e, não por acaso, o centro metropolitano para a Jamaica, colônia onde nasceu. Pela política de onde mais deveria se interessar, em tempos pós-coloniais?

Outra crítica de Figueiredo é que o pensamento de Hall passa pela metáfora antes de ser baseado em fatos políticos mais concretos. Sua visão da Jamaica é marcada pela ideia de resistência cultural através de uma África imaginária, filtrada pela experiência colonial do Caribe, que Figueiredo contrasta com a construção do projeto nacional e popular pós-independência que culminou na eleição do socialista democrático e líder não alinhado Michael Manley, que foi o primeiro-ministro da Jamaica de 1972 a 1980 e de novo, com menos êxito, de 1989 a 1992. Hall elogia como força de descolonização no Caribe e nos bairros negros da Grã-Bretanha a “África” ficcional da cultura caribenha (Hall, 2006, p. 40-43), enquanto Figueiredo contrapõe a ela as ideias de Frantz Fanon, que “rejeita a ideia de que a reivindicação nacional é, em função da globalização, uma reivindicação ultrapassada” (Figueiredo, 2004, p. 140).

Hall achava importante que as pessoas pudessem se afirmar negras e britânicas, mas para Figueiredo esse discurso “parece ter envelhecido” (Figueiredo, 2004, p. 141) por causa do ressurgimento do nacionalismo – entende-se contra o multiculturalismo – e do imperialismo depois do 11 de setembro de 2001, que faria com que a política do intelectual “engajado na causa de pequenos grupos” (*ibid.*, p. 142) fosse ineficaz. Ela cita uma afirmação de Fanon sobre intelectuais colonizados que correm o risco de “romper as últimas amarras com seu povo” e de sofrer

mutilações psicoafetivas extremamente graves. Indivíduos sem fronteiras, sem limite, sem cor, apátridas, desenraizados, anjos. Também não causará espanto ouvir certos colonizados declararem: “É como senegalês e francês... É como argelino e francês... que eu falo” (Fanon apud Figueiredo, 2004, p. 140).

Assim, o psiquiatra martiniquenho, que poucas vezes voltou à Martinica depois de sair de lá aos 18 anos, lutou na Segunda Guerra Mundial, formou-se e trabalhou na França, aliou-se aos revolucionários argelinos. Ele pode ter sido um diaspórico, mas articula a necessidade de um nacionalismo de referência, uma identidade nacional que é a opção por um povo. Quanto à condição subjetiva do diaspórico, que Fanon qualificou de mutilada, eis o que Hall disse em uma palestra em 2003:

Até o momento em que deixei a Jamaica em 1951, não entendia qual era a fonte desse deslocamento. Pensei que fosse uma questão mais pessoal. Só muito depois descobri

que era um sentimento de deslocamento experimentado por toda uma geração de intelectuais caribenhos no fim do Império. Quando fui a Londres, estavam todos lá, escondidos: todos tentando o mesmo tipo de fuga da sociedade colonial [...] não para qualquer outro lugar, mas direto para o coração do próprio deslocamento, para o que os havia, à distância, des-locado, des-terrado [un-homed]. E quando digo “deslocado”, estou falando de coisas sérias. Estou falando de nunca estar de bem com as expectativas que minha família tinha de mim, o tipo de pessoa que deveria me tornar, o que deveria fazer com minha vida. E de um deslocamento com relação ao povo – a massa dos jamaicanos (Hall, 2007, p. 273) [Tradução da autora].

Mutilado ou deslocado: Hall e Fanon falam de subjetividades desligadas da “massa”, em momentos diferentes – o de movimentos de autodeterminação e de identidades pós-coloniais. O mal-estar do diaspórico que Fanon e Hall descrevem, um de fora e outro de dentro dessa condição, é o inimigo de Fanon da Argélia independente, mas é condição de Hall, migrante caribenho para a Grã Bretanha.

Se Vera Follain de Figueiredo sente falta de uma realidade mais concreta na atuação intelectual de Hall, para Ciro Marcondes Filho, em “Stuart Hall, *Cultural Studies* e a nostalgia da dominação hegemônica”, é conceitual e teoricamente que ele falha (Marcondes Filho, 2008). Em um preâmbulo destinado a embasar sua crítica a Hall, Marcondes Filho centra suas atenções no debate sobre a sociolinguística e a relação entre a linguagem e as relações sociais, localizando Hall como alguém que vai em “busca dos estudos de linguagem mais entrelaçados com questões sociais maiores” (Marcondes Filho, 2008, p. 26). A seção que se segue foca o “giro linguístico”, pelo qual Hall, nos anos 70 e já na direção do Centre for Contemporary Cultural Studies, na University of Birmingham, passou a usar Bakhtin/Volochínov para entender as relações entre os discursos “em dominância” e seus públicos. Hall explica esse uso como solução para um problema, ligado à discussão dos efeitos da mídia. Empenhava-se em soltar a teoria da comunicação das amarras da *bullet theory* e do reflexo de pensar esses efeitos em termos de suas causas. *Marxismo e a filosofia da linguagem*, de Volochínov/Bakhtin, foi acionado, portanto, para extrair o debate, na Grã Bretanha, do emaranhado empírico-positivista do pensamento dominante, da University of Leicester (Hall, 2006, p. 333). Ainda sob o impacto das transformações da cultura política inglesa no pós-guerra, em que as divisões culturais de classe foram se abalando e a cultura de massa se instalando como sendo “de todos”, o ponto de partida do CCCS era uma indagação sobre a atualidade das divisões de classe – explicável de diversas perspectivas, desde a presença do fundador do centro, Richard Hoggart, autor de importante obra sobre os hábitos de leitura da classe

operária, e da própria história cultural britânica, de grande estratificação social, que sofreu um enorme abalo com a Segunda Guerra Mundial.

Para Marcondes Filho, Hall

acreditava que esse livro [Marxismo e a filosofia da linguagem] permitia perceber claramente que o que a ideologia ‘faz’ não é impor uma perspectiva de classe já formada sobre outra, menos poderosa, mas intervir na fluidez ideológica da linguagem, definir limites e a ordem reguladora de uma “formação discursiva”, visando fixar, a seu bel-prazer, o fluxo da linguagem (Marcondes Filho, 2008, p. 27).

Vejamos como Hall usou essa mesma ideia, de intervenção, limite ou clausura, ao definir os Estudos Culturais como uma “formação discursiva, no sentido foucaultiano do termo” (Hall, 2006, p. 188). Para Hall, o projeto dos Estudos Culturais ainda interessa porque

Sim, recusa-se a ser uma grande narrativa ou um meta-discurso de qualquer espécie. Sim, consiste num projeto aberto ao desconhecido, ao que não se consegue ainda nomear. Todavia, demonstra vontade em conectar-se; tem interesse em suas escolhas. [...] Registra-se aqui uma tensão entre a recusa de se fechar o campo, de policiá-lo e, ao mesmo tempo, uma determinação de se definirem posicionamentos a favor de certos interesses e de defendê-los (Hall, 2006, p. 189).

O “bel-prazer” de Marcondes Filho se traduz em uma tensão entre uma abertura às mudanças no objeto observado e à possibilidade de novas percepções, inclusive no âmbito da discussão teórica. A clausura, por sua vez, é uma política necessária que, afirma Hall citando Edward Said, provém dos Estudos Culturais serem estudos de textos *lato sensu* “nas suas afiliações com ‘instituições, gabinetes, agências, classes, academias, corporações, grupos, partidos ideologicamente definidos, profissões, nações, raças e gêneros’” (Hall, 2006, p. 190). Hall usou Bakhtin/Volochínov para falar não somente do fluxo da linguagem com suas normas e constrangimentos, mas também das relações institucionais e das políticas possíveis. Levava a sério a importância da academia, entendia-a como um dos possíveis locais do pensamento crítico.¹

Mas não é por acaso que há uma divergência tão grande entre o que Hall diz fazer e a percepção que se tem do que faz. A prática de construção de argumentos de Hall é diferente da maioria das práticas acadêmicas, que valorizam as genealogias do pensamento e, em suas versões

¹ Sobre o lugar da academia nos Estudos Culturais de Hall, ver, entre outros: Hall, 2006, p. 201-204 e Hall, 2007, p. 289-290.

vulgares, a identificação da falha e a invenção da polêmica. Hall destaca os autores que mais lhe interessam, mas não os adota nem a eles se filia. A dialética de Marx, por exemplo, pela qual o capitalismo se expande por relações de conflito, contradição e superação, é deixada de lado a favor de uma leitura que valoriza sua análise da expansão do mercado mundial – isso, em função da percepção do caribenho Hall de que o capitalismo não tomou conta de sua região de origem por um processo de superação dialética de dentro para fora, mas dominou de fora para dentro, invadiu o que havia lá. Quanto a Althusser, Hall o valoriza por tê-lo convencido de que

a ideia de inferir as contradições sociais nos distintos níveis da prática social simplesmente em termos de um princípio governante de organização social e econômica (nos termos clássicos de Marx, o ‘modo de produção’), ou de interpretar os diferentes níveis de uma formação social como uma correspondência especular entre práticas, em nada contribui nem tampouco constitui a forma pela qual Marx, afinal, concebeu a totalidade social. Evidentemente, uma formação social não apresenta uma estrutura complexa simplesmente porque nela tudo interage com tudo – essa é a abordagem tradicional, sociológica e multifatorial (Hall, 2006, p. 151-152).

Segundo Hall, sua divergência com Althusser aparece quando se trata da relação entre o pensamento e os processos sociais, que, para Althusser, existem em paralelo, como se fossem duas linhas que nunca se encontrassem. Para Hall, a relação entre a produção de conhecimento e o social, em Marx, é de convergência “no terreno do que é dado: no caso, a sociedade burguesa como terreno ou objeto de ambas, teoria e prática” (Hall, 2003 p. 137). Cotejemos o Althusser de Hall com o de Marcondes Filho:

O paradigma estruturalista, em moda nos anos 60 e 70 do século passado, especialmente com Louis Althusser, diz que a experiência é efeito de estruturas sociais que não podem ser reduzidas a materiais da experiência. A diferença básica é que o estruturalismo, partindo de um esquema antes hegeliano, trabalha com totalidades, tudo remete a tudo (apesar das ‘correções’ de Althusser a esse todo) e, no caso deles, a uma totalidade abstrata, inconsciente, acima da intervenção dos sujeitos (Marcondes Filho, 2008, p. 28-29).

Os argumentos estão postos. Para esta leitora, não levam à conclusão de Marcondes Filho de que o desejo de entrar na luta sociocultural do ativista Hall teria determinado o abandono do “austero Althusser para ficar com o *light* Gramsci” (Marcondes Filho, 2008, p. 29).

Hall faz teoria, diz, pela preocupação em identificar “estratégias culturais capazes de fazer diferença”. Acredita que algumas estratégias culturais são “capazes de efetuar diferenças e de deslocar as disposições do poder” (Hall, 2006, p. 321). Para Marcondes Filho, esse tipo de posição distorce a apreensão teórica do social e contém “ecos de uma educação política no estilo partidário e ‘condutor’ das massas, que pode pôr em risco a própria capacitação para o pensamento autônomo, aquele [que] as habilitaria a dispensar os líderes” (Marcondes Filho, 2008, p. 30). Mas Hall está interessado em *conceber* as ligações ou articulações que conectam as diversas instâncias de poder na sociedade – o econômico, o político, o ideológico, o social, que certa vez chamou de placas tectônicas como metáfora de sua articulação, comentando que raramente entram em crise em conjunto, ou seja, de forma estrutural. O conceito de articulação de Hall como um “caminhão com seu reboque”, conforme a ironia de Marcondes Filho (*ibid.*, p. 30), não dá conta da insistência de Hall de que ele não está alinhado com um marxismo “com garantias”, nem acredita na “unidade mais adiante” pela qual marxistas ortodoxos adiam questões de desigualdade de raça e gênero para o tempo mítico de depois da Revolução, nem entende como fato além de sua realidade cultural o mito da emancipação ou da redenção, na sua forma étnico-racial ou outra.

Na seção “Hall e as discussões teóricas”, Marcondes Filho desenha suas objeções mais diretas ao trabalho de Hall, baseando-se, embora sem citá-los, em alguns textos da coletânea *Stuart Hall: Dialogues in Cultural Studies* (Morley e Chen, 1996). Depois, apresenta várias críticas implícitas e explícitas ao que seria o pensamento convencional de esquerda, dos Estudos Culturais. Haveria necessidade de “uma renovação e um arejamento maior no pensamento da esquerda nos Estudos Culturais” (Marcondes Filho, 2008, p. 31) provido por Bourdieu via John Fiske, para se desfazer de “vícios teóricos e políticos que, de alguma forma, emperram a flexibilidade tão pretendida por Hall”. Os Estudos Culturais tenderiam a apresentar “teoria totalizante”, como Gramsci o fazia, inclusive por causa do uso, no Centro de Estudos Culturais Contemporâneos nos anos 60 e 70, da noção de intelectual orgânico – como metáfora, insiste Hall (2006, p. 194), brincando com a crença na sua realidade. Mas Marcondes Filho pergunta: “quem o delegou para o exercício dessa função [de intelectual orgânico]?” (*ibid.*, p. 31). O autor ainda atribui a Hall uma teoria de blocos antagônicos que implica uma “conspiração das elites” e “autenticidade proletária a ser resgatada” (*ibid.*, p. 31), uma visão que discutimos mais abaixo.

Mas antes há que notar uma divergência: Hall e Marcondes Filho tomam caminhos diferentes quanto aos usos das ideias. Não é que Hall seja “*soft*”, um teórico de conceitos vagos, mas, para ele, os conceitos, ideias e pensa-

mentos são ferramentas para “invadir [break into] a série de aparências congeladas e opacas” (Hall, 2007, p. 277). Marcondes Filho parece observar um embate de ideias que acompanha as transformações da sociedade, ideias que então passam a ser inadequadas seja em si, seja com relação a essas transformações. Enquanto isso, Hall olha primeiro as condições e determinações institucionais de uma dada conjuntura, um dado lugar. Os conceitos, disse ele certa vez, são o que lhe permite dormir à noite: são soluções provisórias para problemas políticos, que ele lança porque vê a vida pelo prisma de uma vida intelectual. É no sentido de explicar a relação da teoria com a política, para ele, que escreveu que “o problema da ideologia” é um “problema geral – um problema teórico, por ser também um problema político e estratégico” (Hall, 2006, p. 248-249). É nesse sentido também que ele dizia não ser um teórico.

Assim chegamos a outro problema, para Marcondes Filho como para outros: o uso anacrônico que Hall faz do termo “ideologia”, que implicaria a conspiração das elites e a autenticidade proletária a ser resgatada, na ideologia que recobre e controla as massas, criando falsa consciência. Mas Hall não estava usando “ideologia” nesse sentido.

A predominância das ideias dominantes não é garantida pelo fato de estas estarem atreladas às classes dominantes. O processo de luta ideológica procura antes de alcançar a efetiva ligação das ideias dominantes ao bloco histórico que detém o poder hegemônico em um dado período. Esse processo é o objeto do exercício, não a encenação de um roteiro já escrito ou concluído (Hall, 2006, p. 272).

A ideia da falsa consciência para a vantagem das classes dominantes cede lugar aos esforços de articular as ideias correntes a determinadas relações de classe. A cultura ou ideias dominantes não refletem os interesses de uma classe social de tal modo que o conceito de luta ideológica de Hall se embasa na autenticidade popular ou na conspiração das elites.

Marcondes Filho ainda atribui a Hall a crença em uma autenticidade popular autônoma da dominação, quando diz:

Hall gosta de citar a minoria rastafári. O grupo apanha um texto bíblico, inverte-lhe o significado, representando, apenas esta operação, um processo que mexe com a identidade do próprio grupo: eles reconstróem-se a si mesmos como negros do novo mundo, tornando-se “o que eles são” (Marcondes Filho, 2008, p. 33).

“O que eles são”, a frase e as aspas, sinalizam ingenuidade ou simplismo. Hall escreveu em “Pensando a diáspora” (Hall, 2006, p. 25-48) que a “África”, uma ver-

são da África, teve um impacto enorme sobre subjetividades negras no Caribe (e na Bahia, podemos acrescentar). Pode parecer ingênuo contrapor a evidência dos lugares-comuns às acusações contra Hall de uma falta de sofisticação teórica, mas a história cultural recente, em que Bob Marley, morto em 1981, ainda “vive”, talvez sustente a posição de Hall, quando afirma que

O rastafarismo exerceu um papel crucial no movimento moderno que tornou “negras”, pela primeira vez e irremediavelmente, a Jamaica e outras sociedades caribenhas. Numa tradução ulterior, essa doutrina e discurso estranhos “salvaram” as jovens almas negras da segunda geração de migrantes caribenhos nas cidades britânicas nos anos 60 e 70 e deu-lhes (sic) orgulho e autoconhecimento. Nos termos de Frantz Fanon, eles descolonizaram as mentes (Hall, 2006, p. 42).

Temos aqui dois pensadores com prioridades diferentes: Marcondes com dar conta teoricamente da sociedade contemporânea a partir de uma leitura complexa de teorias igualmente complexas e bastante abstratas, Hall com a compreensão da conjuntura de uma sociedade complexa a partir do trabalho de concebê-la em termos teóricos. Às vezes observamos a janela teórica, às vezes a paisagem social que passa: o que não se discute é onde está sentado Hall como passageiro nesse trem, nem seu destino pretendido, criando um impasse permanente para apreciar seu trabalho. Que essa mesma discussão deixe de acontecer com Marcondes Filho e tantos outros se deve menos à transparência das posições de sujeito acadêmico e seus interesses do que à sua naturalização.

3. Stuart Hall, pessoa e pensador

O debate substantivo sobre o que Hall oferece – ou não – é adiado em meio à necessidade de contestar más leituras, que ignoram o *status*, gênero discursivo e enunciador das análises de Hall, como acabamos de ver. Em outros espaços, tentei formular e transplantar ao Brasil o conceito de conjuntura como objeto profundo de seu trabalho (Sovik, 2014) e o lugar ocupado em Hall por questões de identidade racial (Sovik, 2011). Aqui, suspende-se o jogo da verdade acadêmica, fruto da exegese, e passa-se a englobar a pessoa e o pensador, pois, conforme evidenciado nas notas *in memoriam*, são inseparáveis do impacto de suas ideias as qualidades e carisma pessoais de seu autor, a generosidade e compromisso de professor, pensador e homem público.

Como conceber a dimensão subjetiva do intelectual, a relação entre forma de ser e pensar? Em uma análise reeditada recentemente, Silviano Santiago notou que

O estatuto ambíguo do discurso crítico de Stuart Hall – dentro e fora do teórico, dentro e fora do autobiográfico – é o modo como concilia a constatação de ter sido preparado a ser inglês pela formação colonial com o fato de que, em tempos pós-coloniais, nunca será legitimamente inglês, e é também o modo como se dá conta de que, pela diáspora afro-caribenha, tinha se distanciado da condição original jamaicana para estar sempre “chegando” à Europa (Santiago, 2014, p. 199).

Hall reserva um espaço para a autorreferência e ilustra seus argumentos a partir da própria experiência. Mas é avesso à ideia de que o pensamento é simples reflexo da pessoa. O antídoto ao subjetivismo, para Hall, foi colocar a própria experiência em perspectiva histórica pós-colonial e elaborar conceitualmente suas limitações para entender experiências alheias. Uma leitura de Hall que o vê como grande ativista antes de pensador, então, não leva em conta a premissa de que nem nas elaborações mais abstratas o contexto histórico e social deixa de ser determinante. Isso pode parecer óbvio, mas na área de Comunicação no Brasil é comum fazer perguntas como, por exemplo, “Até que ponto Hall é marxista?”. Nessa pergunta, retorna pela porta dos fundos uma história do pensamento que autônoma os conceitos das condições em que são produzidos.

Hall é um intelectual engajado, mas não às custas da possibilidade de pensar: quando fala da necessidade de “clausura arbitrária”, entendida como “alguns pontos de diferença ou distinção a definir e defender” (Hall, 2006, p. 189), também a qualifica: os posicionamentos não são “nem finais nem absolutos. Não podem ser traduzidos intactos de uma conjuntura² outra” (*ibid.*, p. 190). Tomamos o exemplo de um conceito clássico marxista, a luta de classes. Em uma entrevista a Kuan-Hsing Chen, Hall disse que a discussão de classe tinha sido silenciada para evitar o reducionismo ou essencialismo de classe e que nem o silêncio nem o essencialismo devem continuar em pauta:

É como se a questão de classe só pudesse ser tratada com seriedade se ela está ocupando uma posição teórica privilegiada! Como se não existisse uma maneira de pensá-la de forma mais descentrada. Acho que é esse o trabalho que precisa ser feito, urgentemente. [...] No momento em que fala da globalização, você é obrigado a falar da internacionalização do capital, do capital na sua forma

2 O conceito de conjuntura é central para entender o trabalho de Hall, conforme nota Grossberg (2006). Uma breve análise de conjuntura, na época da crise financeira de 2008-2009, foi feita por Hall em diálogo com Doreen Massey (Hall e Massey, 2010). Procurei explicar a importância da conjuntura para seu pensamento, assim como sua utilidade para abordar o universo dos projetos socioculturais, tão presentes no horizonte político-cultural brasileiro das últimas décadas, em Sovik, 2014.

moderno-tardia, dos deslocamentos que estão sendo processados no capitalismo moderno, pós-fordismo, etc. Esses termos que foram excluídos dos estudos culturais no que chamo de período intermediário, quando tentávamos nos livrar da bagagem do reducionismo de classe, do essencialismo de classe, agora têm de ser reintegrados; não como formas dominantes de explicação, mas como formas muito sérias de estrutura social e cultural, divisão, desigualdade, irregularidade na produção cultural etc. (Hall, 1996, p. 400).

Observamos a contestação da forma ortodoxa de entender a luta de classes como central, seu resgate a partir das forças capitalistas em jogo na época da entrevista e, ainda, um comentário sobre a dificuldade de usar o conceito de classe: “As dificuldades encontram-se na reconceptualização de *classe*. Marx, parece-me hoje, teve muito mais razão com relação ao ‘capitalismo’ do que à classe” (Hall, 1996, p. 400-401). É curioso notar que estes esclarecimentos sobre a utilidade futura de conceito marxista antes descartado vêm no meio de uma explicação da “abertura radical”, em 1996, dos estudos culturais para a desconstrução, a psicanálise e “certos tipos de feminismo” (*ibid.*, p. 400). A abertura radical deveria, naquele momento, incluir a reconsideração de conceitos que foram suprimidos, que ficaram “fora de moda” em um momento anterior. O ativismo de Hall não se consubstancia com a validade de seus conceitos, mas com o fazer teórico, a formulação de uma pauta de trabalho intelectual.

Nesse sentido, é sugestiva a comparação da posição de Hall sobre o trabalho teórico e o ativismo com a de Gilles Deleuze e Michel Foucault, na conhecida conversa que tiveram em 1972: “Os intelectuais e o poder” (Foucault, 1979).³ Eles enfatizam a relação não vanguardista com “a massa”. O fazer teórico é uma prática, dizem. Os intelectuais fazem parte do sistema do poder e o intelectual politizado luta ao lado de todos aqueles que lutam pela “destruição progressiva e tomada do poder” (*ibid.*, p. 71). Não há diferença substantiva aqui entre a posição de Hall e a dos dois franceses. Foucault afirma: “Cada luta se desenvolve em torno de um foco particular de poder” (*ibid.*, p. 75). Hall poderia dizer: em torno de questões de identidade, do controle da imagem e do discurso, dos meios de comunicação. Se hoje Foucault e Deleuze são entendidos como teóricos “puros” e Hall como híbrido de intelectual com ativista, cuja grande virtude é o compromisso, antes de seus textos e suas ideias, talvez seja por uma leitura deficiente de Foucault e Deleuze.

3 Sou grata por esta sugestão a Lucrecia d’Alessio Ferrara, relatora de uma primeira versão deste trabalho, discutida no Grupo de Trabalho sobre Epistemologia da Comunicação da COMPOS, em seu encontro de 2014 em Belém, e a outros membros do GT por comentários que contribuíram para a melhor elaboração deste texto.

Assim, Hall vê o mundo que teoriza a partir de uma narrativa concebida em termos históricos, entende que conceitos são úteis de acordo com condições igualmente históricas, seja do desdobramento do debate teórico ou da própria sociedade em que vive, e, nisso, não está distante da posição de Foucault e Deleuze. Com essa compreensão ainda ficamos em protocolos de leitura prévios ao próprio texto. Avançamos se entendemos que a leitura de seus textos sobre temas variados e em diferentes níveis de abstração é mais rica na medida em que se vislumbra neles uma pessoa que procura localizar um problema em determinado nexos de condições. Ou seja, ao acionar o princípio do autor para unificar um conjunto de textos, este se mostra consistente, se não homogêneo. Mas não estamos diante de um autor enquanto indivíduo genial, não é a imagem romântica da autoria que Hall constrói; sua consistência está em seus argumentos estreitamente ligados a contextos.

Em “Que ‘negro’ é esse na cultura negra?”, Hall escreveu que “o povo da diáspora negra tem, em oposição a tudo isso [à cultura logocêntrica, da escrita], encontrado a forma profunda, a estrutura profunda de sua vida cultural na música” (Hall, 2006, p. 324). Hall era duplamente diaspórico, descendente de povos deslocados pela história da colonização e da escravidão e migrante da Jamaica à Inglaterra. Ele elaborava suas ideias através da construção de tensões. Na apresentação da coletânea de Hall, *Da diáspora*, descrevi esse processo.

A pergunta sobre identidade negra a que se refere o título do artigo reverte para a consideração crítica da etnicidade dominante; a identidade negra é atravessada por outras identidades, inclusive de gênero e orientação sexual. A política identitária essencialista aponta para algo pelo qual vale lutar, mas não resulta simplesmente em libertação da dominação. Nesse contexto complexo, as políticas culturais e a luta que incorporam se trava em muitas frentes e em todos os níveis da cultura, inclusive a vida cotidiana, a cultura popular e a cultura de massa. Hall ainda acrescenta um complicador, no final do texto: o meio mercantilizado e estereotipado da cultura de massa se constitui de representações e figuras de um grande drama mítico com o qual as audiências se identificam, é mais uma experiência de fantasia do que de autorreconhecimento (Sovik, 2006, p. 12).

Difícil seria reduzir o caminho desse pensamento à dialética ou ao lógico-dedutivo. Ao invés, podemos pensar que seus argumentos têm uma lógica musical, em que tema e variação são interrompidos por improvisações, onde o solo se destaca de um coro de vozes trazidas de uma bibliografia entendida como fonte de forças a serem adaptadas e utilizadas para entender os objetos – ao con-

trário do hábito acadêmico de criticar negativamente os antecessores sob pena de parecer submisso a eles ou inconsciente de suas falhas.

Por outro lado, o impulso de seus textos, sua motivação, é um utopismo que dois de seus ex-alunos, escrevendo no jornal *The Guardian* no dia de sua morte, também identificam com a música.

Quando apareceu no programa de rádio Desert Island Discs, Hall falou de sua paixão duradoura por Miles Davis. Explicou que a música representou para ele o som do que não pode ser [the sound of what cannot be]. O que era sua vida intelectual, se não o esforço, contra todos os obstáculos, para fazer “o que não pode ser” viver na imaginação? (Morley e Schwarz, 2014).

Hall talvez pareça um estranho no ninho da teoria contemporânea porque seu utopismo é descendente da cultura e não da política, mais ligado à tradição de “Redemption Song” de Bob Marley do que às meditações de um Freud ou Marx ou Nietzsche em que o horizonte é a desmontagem da ilusão. Uma das dificuldades e um dos ganhos do trabalho de Stuart Hall, então, é que ele trabalha em um registro textual e cultural estranho à academia europeia e latino-americana: é menos um esquerdista treinado nos debates com grupúsculos políticos, com argumentos e polémicas racionalistas, do que um herdeiro das lutas pela independência nacional e identitárias do século 20, marcadas pela abertura à mobilização e às culturas populares. Somos muitos a procurar novas relações com o problema da evidência e da verdade acadêmicas e teóricas. Hall oferece um registro, um diapasão para discursos argumentativos, em que a meta é vislumbrar algo e formulá-lo teoricamente, com o intuito de deixar mais claro o horizonte político do momento. Usava a metáfora (ver “Os Estudos Culturais e seu legado teórico” in Hall, 2006, p. 187-204) e o discurso situado, em diálogo com um público em dado lugar e momento. Nisso, sua retórica parece filiar-se não só à docência que o atraiu desde a juventude, mas à retórica da pregação, tradições que emergem, ambas, do ensino, mas cujo parentesco raramente se enxerga hoje.

Orador carismático, não se fechava em sua própria autoridade. Um igualitarismo utópico marcava sua relação com seus próprios outros: pessoas de outras identidades raciais, mulheres, homossexuais, professores e estudantes, artistas, jovens colaboradores nas instituições que dirigia. Nunca deixou de lembrar que tanto as ideias sobre diferenças genéticas como base da diferença racial quanto a de que os papéis sociais subalternos das mulheres são determinados biologicamente naturalizam a diferença. Vivia o feminismo e as identidades raciais em família e estava aberto a questões que não o afetavam diretamente. Uma vez, perguntaram-me se Hall era gay: no Brasil, em

que a crítica à discriminação tantas vezes se faz somente por suas vítimas, era impossível imaginar um apreciador sem rodeios da perspectiva *queer* – como ele demonstrou ser em diversos textos – que não fosse gay.

Conversar com ele era entrar em um mundo em que fazer reflexões que tivessem alguma repercussão política era o objeto, o problema, o jogo a ser jogado. Para Hall, que não queria seguidores ou discípulos, a vida intelectual se vivia pelo combate *mano a mano* com os textos e figuras, não pelo pertencimento aos bandos de um teórico ou outro. Acolhia todas as pessoas dispostas a entrar nesse jogo, a pensar, tentar entender, projetar algo. O bom humor e o afeto – e também o tom combativo de um discurso da tradição oral, em que o interlocutor está sempre presente, mesmo que implicitamente – transparecem nos seus textos.

Em meio a tantas homenagens a Hall, é possível que a melhor seja não entrar em consensos apressados a respeito de seu pensamento – por exemplo, entendendo de forma banal, como convivência pacífica, o multiculturalismo do qual, se diz, ele é pai. Quando alguém lhe perguntou, em um simpósio sobre cultura, globalização e o sistema-mundo realizado no estado de Nova York em 1989, se existia algo que pudesse ser chamado de “humanidade”, ele respondeu que não. Quando se fala em humanidade ou no ser humano que “todo mundo é, no fundo”, o que está acontecendo na prática, disse, é um apagamento das diferenças em nome de uma inclusão hierárquica, que interessa a alguns. A esperança, disse, é que nesse momento, de naturalização da hierarquia social feita em nome da humanidade universal, algo escape. A esperança de Hall de que o Outro escape de sua redução ao Mesmo e ao nome que o sistema de poder lhe dá, assim como a tradução dessa esperança em um respeito pelas pessoas, diferentes entre si: tudo isso fez parte de seu carisma, de sua capacidade de gerar sentimentos de amizade e, certamente, de sua contribuição com imagens do que (não) pode ser. Arauto da possibilidade em aberto – sempre insistia que os resultados de processos históricos não eram determinados de antemão –, seu pensamento era tão complexo quanto o som de Miles Davis. Temos, no pensamento de Hall, uma estética intelectual a serviço de uma imaginação política democrática, uma mistura da ética com o racional em um contraponto que às vezes tem o rigor do barroco, às vezes a desenvoltura do jazz, deixando sempre forte impressão da pessoa que a cria.

Referências

- BHABHA, H.K. 1994. *The Location of Culture*. London, Routledge, 285 p.
- FIGUEIREDO, V.F. de. 2004. Exílios e diásporas. In: I. MARGATO, R.C. GOMES (orgs.), *O papel do intelectual hoje*. Belo Horizonte, Editora UFMG, p. 133-148.
- FOUCAULT, M. 1979. Os intelectuais e o poder: Conversa entre Michel Foucault e Gilles Deleuze. In: *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro, Graal, 295 p., p. 69-78.
- GROSSBERG, L. 2006. Does cultural studies have futures? Should it? (Or what’s the matter with New York?): Cultural studies, contexts and conjunctures. *Cultural Studies*, 20(1):1-32.
- HALL, S. 1993 (1987). Minimal selves. In: A. GRAY, J. McGUIGAN (orgs.), *Studying culture: An introductory reader*. London, Edward Arnold, p. 134-138.
- HALL, S. 1996. Cultural Studies and the politics of internationalization: An interview with Stuart Hall by Kuan-Hsing Chen. In: D. MORLEY, K.H. CHEN (orgs.), *Stuart Hall: Critical dialogues in Cultural Studies*. London, Routledge, p. 392-408.
- HALL, S. 2006. *Da diáspora: Identidades e mediações culturais* (1ª reimpressão revista). Belo Horizonte, Editora UFMG, 410 p.
- HALL, S. 2007. Epilogue: Through the prism of an intellectual life. In: B. MEEKS (org.), *Culture, politics, race and diaspora: The thought of Stuart Hall*. Kingston/London, Ian Randle Publishers/Lawrence & Wishart, p. 269-291.
- HALL, S. 2003. Marx’s notes on method: A “reading” of the “1857 Introduction”. *Revista Cultural Studies*, 17(2):113-149. (1ª edição: 1973).
- HALL, S.; MASSEY, D. 2010. Interpreting the crisis. *Soundings*, London, 44:57-71.
- MARCONDES FILHO, C. 2008. Stuart Hall, cultural studies e a nostalgia da dominação hegemônica. *Communicare*, 8(1):25-41.
- MORLEY, D.; SCHWARZ, B. 2014. Stuart Hall obituary. Disponível em: <http://www.theguardian.com/politics/2014/feb/10/stuart-hall>. Acesso em: 31/05/2014.
- SANTIAGO, S. 2014. Stuart Hall e os movimentos diaspóricos. *Revista Brasileira*, Academia Brasileira de Letras, fase VIII, III(78):195-201. Disponível em: <http://www.academia.org.br/abl/media/REVISTA BRASILEIRA 78 - ENSAIO.pdf>. Acesso em: 11/04/2015.
- SOVIK, L. 2006. Apresentação: Para ler Stuart Hall. In: S. HALL, *Da diáspora: identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte, Editora UFMG, p. 9-22.
- SOVIK, L. 2011. Pensando com Stuart Hall. In: I.M.M. GOMES, J. JANOTTI JR. (orgs.), *Comunicação e Estudos Culturais*. Salvador, EDUFBA, p. 49-62.
- SOVIK, L. 2014. Os projetos culturais e seu significado social. *Revista Galáxia*, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 13(27):172-182. Disponível em: <http://revistas.pucsp.br/index.php/galaxia/article/view/10411>. Acesso em: 11/04/2015.

Artigo enviado em 22/07/2014.